

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

Ethics in research involving children in early childhood education: contradictions and propositions

Marasella del Cármen Silva Rodrigues Macedo
Juracy Machado Pacífico
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Porto Velho-Brasil

Resumo

Objetivou-se discutir a ética em pesquisas em educação envolvendo bebês e crianças pequenas. Trata-se de um estudo bibliográfico com a adoção do materialismo histórico-dialético. Realizou-se um “estado do conhecimento” a partir das produções advindas de Programas de Pós-graduação em Educação publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) de 2016 a 2021 e da legislação vigente que trata da ética em pesquisa para as áreas das Ciências Humanas e Sociais (CHS). Os resultados demonstraram que, a despeito de os estudantes da educação infantil serem participantes frequentes de pesquisas, a adoção de instrumentos e práticas que esclareçam os propósitos das investigações para esses indivíduos é incipiente, deixando de reconhecê-los como cidadãos de direitos. Conclui-se que a contradição entre a ética declarada e a moral vivida precisa ser superada no âmbito científico.

Palavras-chave: Ética em pesquisa; Educação infantil; Pesquisa de Natureza Interventiva.

Abstract

The objective was to discuss ethics in educational research involving infants and young children. This is a bibliographic study using the historical-dialectical materialism. A "state of knowledge" was carried out based on the productions from Graduate Programs in Education published in the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) from 2016 to 2021 and from the current legislation that deals with research ethics for the areas of Human and Social Sciences (CHS). The results showed that, despite the fact that early childhood education students are frequent participants in research, the adoption of instruments and practices that clarify the purposes of research for these individuals is incipient, failing to recognize them as citizens of rights. In conclusion, the contradiction between declared ethics and lived morality needs to be overcome in the scientific sphere.

Keywords: Research ethics; Early childhood education; Interventional research.

Introdução

Embora a pesquisa científica em educação, com a adoção de procedimentos intervencionistas, apresente potenciais de desenvolvimento e progresso a serem convertidos em benefícios para a humanidade, quando se trata de pesquisa envolvendo pessoas é necessário considerar os critérios de respeito à “dignidade, liberdade e autonomia do ser humano” (Brasil, 2012). No entanto, o campo da ética em pesquisa no Brasil, ainda apresenta lacunas, sobretudo no que se refere à “criação de um sistema de revisão ética próprio” das Ciências Humanas (Amorim; Ferrazo; Carvalho; Mainardes; Nunes, 2019, p. 7-8), pois, atualmente, o que ainda vigora é a avaliação das pesquisas dessa área realizada no contexto da saúde, tendo como principal diretriz a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016).

A situação ética se configura ainda mais delicada quando essas intervenções, às quais denominamos neste artigo Pesquisas de Natureza Interventiva (PNI), envolvem o público-alvo da educação infantil, pois conta com a presença de adultos nos ambientes educacionais próprios da infância em que os bebês e as crianças pequenas convivem com pessoas conhecidas, sendo os pesquisadores seres estranhos aos seus grupos habituais.

A despeito da ampla literatura disponível sobre pesquisa participante, não ampliamos neste trabalho os diferentes tipos e modalidades de pesquisas dessa natureza. Considerando o nosso interesse em explicitar as questões éticas que envolvem os pesquisadores e as crianças, adotamos a terminologia PNI descrita no parágrafo anterior, para nos reportarmos às ações de investigação científica que contam com alguma forma de interação, intervenção ou participação dos pesquisadores nos espaços educativos que ofertam a educação infantil; seja por meio de observação participante, pesquisa-ação, ou quaisquer modelos e procedimentos de pesquisas em que há contato entre os sujeitos envolvidos. Para mais esclarecimentos sobre pesquisa participante sugerimos o estudo da obra organizada por Carlos Rodrigues Brandão (1999), em que vários autores discutem diversas modalidades teórico-práticas de pesquisa participante.

A perspectiva de análise considerou problematizar ainda as categorias “totalidade, contradição e mediação” (Netto, 2011, p. 56), – uma vez que a metodologia ora eleita tem como fulcro o materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), sendo a incorporação da lógica formal pela lógica dialética um

dos principais preceitos deste método – em relação ao conceito de “evento” conforme proposto por Kramer (2009, p. 21 *apud* Kramer; Pena; Toledo; Barbosa, 2020, p. 16):

No âmbito da sociologia da infância, Corsaro (1985) define eventos de interação na educação infantil como sequências de ações compartilhadas que começam com o conhecimento da presença de dois ou mais atores que se relacionam em alguma área e suas tentativas abertas de chegar a um sentido comum. (...) A partir da concepção de linguagem de Bakhtin, trabalhamos com o evento no sentido de acontecimento discursivo.

Assim formulado, o conceito de evento se aproxima da noção de reciprocidade em Buber, baseado na presença de integrantes do evento da relação.

As ações compartilhadas, promovendo acontecimentos discursivos e pressupondo relações de reciprocidade entre o adulto pesquisador e os estudantes da educação infantil, aproximam-se do que denominamos PNI neste artigo, pois envolvem um todo dinâmico e, por vezes, contraditório e que exige sistemas de mediações que o articulam.

Diante da especificidade do tema, buscamos respostas, ainda que preliminares para as seguintes questões: quais as possibilidades e os limites das pesquisas na área da educação devido à inexistência de um sistema que regule especificamente a ética no contexto das CHS? Como desenvolver uma relação dialógica, característica das PNI, tendo bebês e crianças pequenas como interlocutores? Como a relação entre os riscos e os benefícios vem sendo explicitada nessas investigações? De que maneira ocorre o ingresso e o contato de pesquisadores nas escolas de educação infantil, cujas pesquisas envolvem o contato direto com os alunos da educação infantil?

Scramingnon (2020) enfatiza a necessidade da adoção de uma postura ética por parte dos pesquisadores que se arvoram a investigar a infância, desde os contatos iniciais até a devolutiva dos resultados, exigindo compromisso e responsabilidade tanto do pesquisador com ele mesmo como com o referencial teórico, mas, sobretudo, com os sujeitos pesquisados.

Para esta autora, a pesquisa deve ser “com” as crianças e, não “sobre elas”, renunciando ao lugar de pesquisador e reconhecendo a assimetria que diferencia uma relação entre adultos, procurando estabelecer o respeito a essa condição e valorizando as especificidades que o seu mundo resguarda (Scramingnon, 2020, p. 64). “Também na devolução, a pesquisa com crianças é parceria, em uma perspectiva alteritária, em um embate, uma negociação na qual estão em jogo relações de poder, em que é preciso pensar com ética o lugar ocupado pelo pesquisador em relação a elas” (Scramingnon, 2020, p. 80).

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

Alves (1992) aponta premissas acerca da importância da apresentação de um referencial teórico consistente e coerente, desde a constituição do objeto que se pretende pesquisar, que oriente a formulação do problema e forneça possibilidades de análise. Para a autora, “[...] a literatura revista deve formar com os dados um todo integrado: o referencial teórico servindo à interpretação e as pesquisas anteriores orientando a construção do objeto e fornecendo parâmetros para comparação com os resultados e conclusões do estudo em questão”. (Alves, 1992, p. 56). Essa defesa permite a inferência de que as pesquisas científicas não prescindem de uma revisão da literatura rigorosa.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento, o que incluiu a legislação sobre ética em pesquisa envolvendo seres humanos em vigor, tomando como referência a já mencionada Resolução nº 510/2016/CNS, além de pesquisas já realizadas, por meio de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), visando promover aproximações com a Pedagogia Histórico-Crítica e com a Psicologia Histórico-Cultural, cujas bases estão assentadas no materialismo histórico-dialético.

Essa perspectiva filosófica defende que os seres humanos dependem da própria ação coletiva para subsistirem. Disso resulta que:

[...] o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social. Os processos de internalização, por sua vez, interpõem-se entre os planos das relações interpessoais (interpsíquicas) e das relações intrapessoais (intrapíquicas), o que significa dizer: instituem-se baseados no universo de objetivações humanas disponibilizadas para cada indivíduo por meio da mediação de outros indivíduos, ou seja, por processos educativos (Martins, 2013, p. 271).

As apropriações das objetivações humanas são tematizadas e realizadas no curso da História, sendo as produções científicas elaborações importantes para a perpetuação, com qualidade, da espécie humana na Terra. Neste sentido, acreditamos ser a pesquisa uma ação determinante para o avanço desse processo.

Embora Ferreira (2002, p. 258) atribua significado semelhante para as pesquisas do tipo “estado da arte” e “estado do conhecimento”; para Romanowski e Ens (2006, p. 40): “O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’” (Grifo das autoras). Já o “estado da arte” é uma expressão que provém da Língua Inglesa e visa “[...] realizar levantamentos do que se

conhece sobre um determinado assunto a partir de pesquisas realizadas em uma determinada área”. (Brandão, 1986 *apud* Romanowski; Ens, 2006, p. 40).

Como forma de manter a organização didática, inicialmente discutimos a referência da escola e da ciência na constituição da consciência das crianças da educação infantil e, na sequência, são expostos os dispositivos legais preconizados pelo Sistema de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), integrantes da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP), ambos sob a jurisdição do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), refletidos à luz das recentes discussões promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Posteriormente, abordamos as produções encontradas na BDTD, onde são analisadas potências, fragilidades e possibilidades, no que tange à ética em pesquisa, nos estudos empíricos envolvendo estudantes da educação infantil. Por fim, apresentamos algumas proposições a partir do material analisado.

Entendemos que a tessitura da história se faz no mesmo compasso em que nós, seres humanos, vamos nos compondo nela. Por isso, o estudo da ética em pesquisas educacionais se configura como relevante, considerando que se vai estruturando os modos de atuação em educação escolar na medida em que, também, são traçados os caminhos desse fazer pedagógico, calcado em teorias que integram a práxis, tal como compreendida por Sánchez Vázquez (2011), inspirando-se na filosofia marxista, como categoria filosófica e histórico-social central, pareando a atividade humana e a sua capacidade teórica, resultando em prática revolucionária, isto é, no próprio ser humano e na sua capacidade de transformar a realidade.

Partindo dessa concepção de Marx, entendemos a práxis como atividade material humana transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva, é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente. Por isso, insistimos na unidade entre teoria e prática, unidade que também implica certa distinção e relativa autonomia. A práxis não tem para nós um âmbito tão amplo que possa, inclusive, englobar a atividade teórica em si, nem tão limitado que se reduza a uma atividade apenas material (Sánchez Vázquez, 2011, p. 398).

Compreendida desta forma, a perspectiva da práxis corrobora com a concepção de teoria para Marx (2008), para quem teorizar é reproduzir a realidade concreta no plano do pensamento.

Os resultados aqui encontrados poderão contribuir com outros estudos cujos autores pretendam enfrentar investigações com a temática da educação infantil, levando em consideração que a perspectiva da ética se mostra como um campo árido, seja pela já mencionada fragilidade dos órgãos reguladores da ética em CHS, ou para o fortalecimento

das pesquisas em direção oposta ao “pragmatismo imediatista”, conforme destaca Gatti (2000) citada por André (2001, p. 55) e que efetivamente atenda aos direitos dos pesquisados grandes ou pequenos.

Advindo de uma pesquisa de doutorado que tem como tema central a avaliação da aprendizagem escolar na educação básica, este artigo tem por objetivo discutir as questões éticas em pesquisas em educação envolvendo os bebês e as crianças pequenas, público-alvo da educação infantil. Destarte, elegemos como objetivos específicos explicar aspectos sobre o assunto a partir de pesquisas já realizadas e na legislação vigente que trata da ética em pesquisa para a área das Ciências Humanas e Sociais (CHS); e promover uma síntese propositiva, a partir do material analisado.

Educação infantil, escola e ciência

A discussão trilhada neste artigo, baseia-se na Pedagogia Histórico-Crítica como fundamento pedagógico da Psicologia Histórico-Cultural e desta como fundamento psicológico daquela (Martins, 2013; Saviani, 2019). Essas teorias compreendem o indivíduo na sua historicidade, dependente de processos de humanização mediados por outros seres humanos. Esses processos ocorrem por meio da apropriação dos bens culturais mais elaborados, a exemplo da ciência, da filosofia e das artes, além de todas as ações objetivadas até o presente momento da história. Nessa perspectiva, a escola é o lócus privilegiado de sistematização e transmissão desses conhecimentos. Por isso, entende-se que desde a educação infantil os conhecimentos devam estar presentes na formação das pessoas.

Lígia Martins (2016, p. 17) resgata a defesa dos conhecimentos clássicos para a Pedagogia Histórico-Crítica como tudo aquilo que resiste ao tempo, enfatiza a expressão equivalente a essa ideia na Psicologia Histórico-Cultural como “verdadeiros conceitos” e propugna que:

Ao privilegiar o ensino dos conhecimentos historicamente sistematizados, dos conhecimentos clássicos, a pedagogia histórico-crítica faz uma defesa absolutamente alinhada às condições requeridas para o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos, no que se inclui a formação de um psiquismo apto a orientar a conduta na base de operações lógicas do raciocínio – *análise, síntese, comparações, generalizações e abstrações* –, do *autocontrole da conduta, dos sentidos éticos e estéticos*, em suma, apto a sustentar a atividade como unidade afetivo-cognitiva própria a um ser humano. Defende também que as ações de ensino desenvolventes não são aquelas que meramente reproduzem a vida cotidiana, em seu funcionamento tipicamente espontâneo, assistemático, mas aquelas que requerem e ao mesmo tempo promovem a complexificação das funções psíquicas (Martins, L., 2016, p. 18-19, grifo nosso).

Para essas teorias, a formação das estruturas da consciência ocorre por meio de estímulos que levem os indivíduos a internalizarem comportamentos fundados inicialmente na cultura. Saviani (2019, p. 28) assegura que: "[...] a educação é entendida como mediação no seio da prática social global". Daí a importância atribuída à escola, pois, apenas os conhecimentos espontâneos não são capazes de fornecer subsídios para o pleno desenvolvimento humano.

De acordo com os documentos oficiais do sistema educacional brasileiro, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, com vistas a cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos de idade, em ambientes públicos e privados, partindo-se do compromisso e da obrigatoriedade da oferta gratuita e irrestrita. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), entende-se a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

Nessa direção, o caráter científico dessa etapa da educação básica deve ser premente, considerando que os seres humanos se desenvolvem desde o momento da sua concepção. Para as teorias apresentadas, a aprendizagem precede o desenvolvimento e o impulsiona. Todavia, embora as crianças pequenas dependam de sistemas de comunicação e representação do mundo bastante peculiares, o que envolve a utilização de materiais concretos e de atividades vinculadas ao brincar e à brincadeira, desenvolver pesquisas na educação infantil, sem considerar o necessário envolvimento e a elucidação dos acontecimentos para as crianças, na condição de participantes, é negar a sua identidade histórica e a sua cidadania.

Amorim (2002, p. 8) corrobora com essa ideia quando defende a relação de alteridade na pesquisa, assim como a necessidade de se deixar “ouvir no texto” “as vozes ausentes”, permeando no empreendimento da pesquisa o compromisso epistemológico, acrescido da preocupação ético-política com seu “outro”, o pesquisado.

Ética em pesquisa no Brasil

A discussão sobre a ética em pesquisa na área das CHS e demais áreas tem tomado proporções robustas graças à articulação de entidades reunidas, tendo a ANPEd como uma das principais protagonistas, fundando em 2007 a Comissão de Ética em Pesquisa com o

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

objetivo de desatrelar a avaliação dos aspectos éticos de pesquisas nessas áreas, das Ciências da Saúde. Este acontecimento foi marcado na 30ª Reunião Nacional da Associação e discussões vêm sendo fomentadas no sentido de contemplar as especificidades requeridas por pesquisas com bases epistemológicas e metodológicas que atendam aos anseios das Ciências Humanas. (Amorim; Ferraço; Carvalho; Mainardes; Nunes, 2019).

Segundo Amorim, Ferraço, Carvalho, Mainardes e Nunes (2019), um dos principais resultados desse movimento foi a publicação da Resolução nº 510/CNS/2016, fruto de contribuições de grupos comprometidos em propor ações complementares à então vigente Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que preconiza as diretrizes para as pesquisas na área da Saúde. (Brasil, 2012). A defesa por critérios específicos para as CHS se justifica diante da rigidez do Sistema CEP/CONEP, que adota os mesmos critérios para ambas as áreas.

A questão infantil e de outras pessoas com relativa autonomia para decidir sobre as suas vidas também é discutida nessas propostas, por dependerem de outros indivíduos para a garantia dos seus direitos. Porém, deve-se sopesar a relação entre os riscos e os benefícios, pois, embora a ciência seja capaz de produzir novas alternativas de vida, conforto e tecnologias possíveis de garantir melhorias, a história já mostrou que essa mesma ciência utilizou argumentos para dizimar grupos inteiros, reforçar diferenças e produzir dor e morte.

Concordamos com Cruz (2019, p. 47) quando afirma que “[...] ao realizar pesquisas com crianças, adolescentes ou pessoas em situação de diminuição de capacidade de decisão, a rigorosa atenção a todas as questões éticas representa um desafio adicional para os pesquisadores”. A autora chama a atenção para temáticas como relações de poder presentes na sociedade e que podem ser transpostas para o contexto da pesquisa, mas por outro lado, ressalta ganhos como a visibilidade e a escuta desses sujeitos, quando são adotadas metodologias que possibilitem a expressão dos seus anseios e necessidades.

O acolhimento, a relação de confiança, a sensibilidade e a postura ética devem constituir o perfil dos pesquisadores para garantir os direitos dos participantes das pesquisas, indistintamente. Outro aspecto que esse tensionamento entre o sistema de avaliação ética existente no Brasil da atualidade e o seu dever nos permite identificar é a urgência de pesquisas que discutam a questão, empreendam proposições e anunciem possibilidades que promovam a ciência e a humanidade em unidade dialética.

Caminhos metodológicos adotados para a busca bibliográfica

Veiga-Neto (2014, p. 70) assente para a importância de se

[...] fazer sempre uma cuidadosa revisão da literatura sobre o tema a ser pesquisado; à revisão, deve seguir uma minuciosa problematização, no sentido de examinar as possíveis relações – em termos de aproximações e diferenças, consonâncias e dissonâncias – entre o que se quer fazer e o que já foi feito por outros.

Ademais, inspiradas por Veiga-Neto acerca do estudo do que se deve fazer na pesquisa e do que já foi feito no campo em que pretendíamos estudar, somou-se a intenção de fazer o “RIR”, conforme sugere o autor; isto é, desenvolver o presente estudo de forma relevante, inédita e realizável. Portanto, nos meses de setembro e outubro de 2021, procedemos a um levantamento das teses de doutorado e dissertações de mestrado publicadas na BDTD, no período de 2016 a 2021, com os descritores “Ética em pesquisa”; “Educação infantil”; e “Criança”. O recorte temporal se deu em função de a Resolução nº 510/CNS ter sido publicada no ano de 2016 e, dessa forma, seria possível acessar procedimentos éticos mais específicos e relacionados às CHS, especificamente na área da Educação.

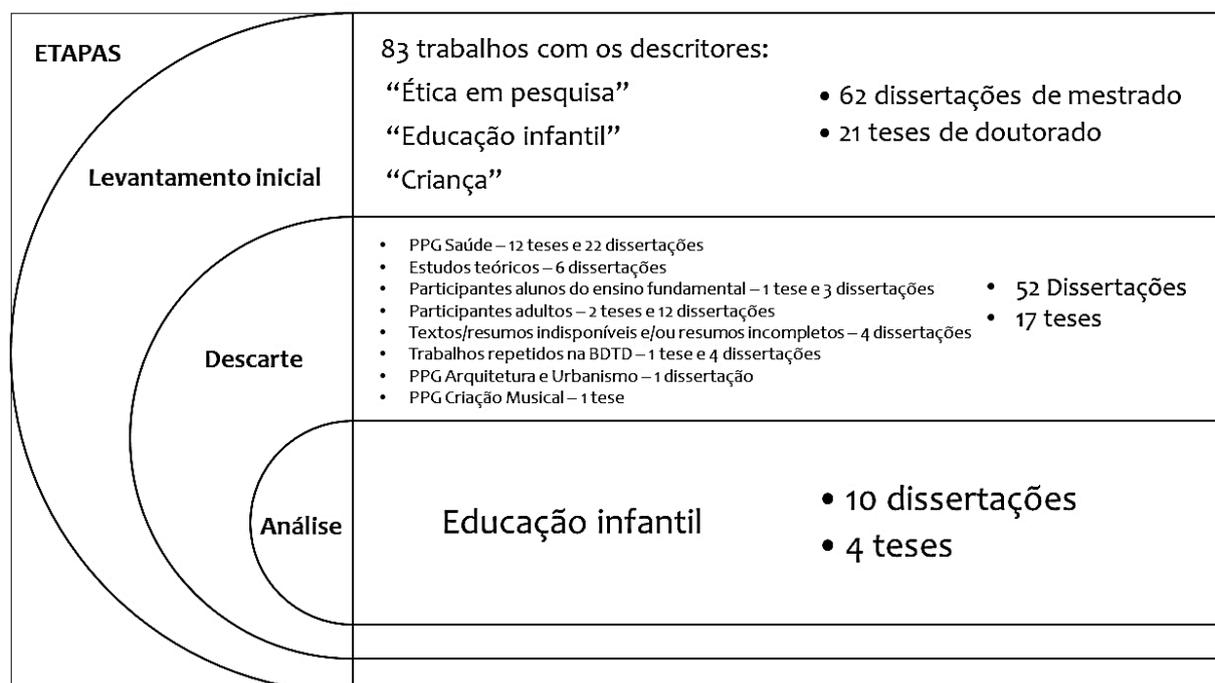
Os critérios para a seleção do material foram se tratar pesquisas empíricas, defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação ou licenciaturas e que tenham propiciado contato de qualquer natureza entre os autores e autoras com estudantes da educação infantil.

Foram encontrados 83 trabalhos, sendo 62 dissertações e 21 teses publicadas em Língua Portuguesa, dentre os quais descartamos inicialmente 48 dissertações, 16 teses, além de 5 trabalhos que apresentavam registros repetidos na base consultada (1 tese e 4 dissertações), totalizando 69 trabalhos descartados (52 dissertações e 17 teses), restando 14 trabalhos (10 dissertações e 4 teses).

Uma das limitações identificadas, já no início da seleção dos dados, deu-se devido à apresentação de resumos pouco específicos, com informações necessárias ausentes, como o delineamento, procedimentos, participantes e outros aspectos do método. (André, 2001; Romanowski; Ens, 2006), o que exigiu a leitura exploratória das sessões de metodologia dos trabalhos consultados, até que fosse possível decidir pela inclusão ou exclusão.

Posteriormente, partimos para o cotejamento dos trabalhos que, diante da diversidade, foram classificados em dois grandes grupos, compondo o primeiro os que seriam descartados e o segundo grupo as produções que seriam analisadas, conforme demonstrado no fluxograma a seguir.

Fluxograma 1 – Eleição e Descarte dos Textos para Estudo



Fonte: produção das autoras com base em pesquisa realizada na BDTD (BRASIL, 2021).

O critério de agrupamento dos trabalhos que seriam descartados seguiu a frequência das características de cada produção científica, a exemplo dos trabalhos advindos de Programas de Pós-Graduação nas seguintes áreas vinculadas à Saúde: Ciências da Saúde; Enfermagem; Enfermagem em Saúde Pública; Enfermagem na Atenção Primária em Saúde no Sistema Único de Saúde; Odontologia; Psicologia; Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação. A nomenclatura adotada por nós para esse grupo foi “PPG Saúde” (12 teses e 22 dissertações). Já o grupo “Estudos teóricos” acolheu as produções de base bibliográfica, do tipo “Estado da Arte” e/ou a partir de análise documental (6 dissertações).

Os trabalhos cujos participantes eram alunos do ensino fundamental, foram agrupados com a nomenclatura “Alunos do ensino fundamental” (1 tese e 3 dissertações). Adotamos o mesmo critério para as pesquisas que contaram com participantes adultos (pais, mães, responsáveis pelos alunos, gestores escolares, municipais, estaduais, lideranças tradicionais e políticas, professores, egressos e/ou estudantes do curso de Pedagogia) e a denominação foi “Participantes adultos” (2 teses e 12 dissertações). Os trabalhos cujos textos/resumos não estão disponíveis e/ou os resumos são pouco específicos ou incompletos, foram agrupados em “Textos/resumos indisponíveis e/ou resumos incompletos” (4 dissertações). Considerando haver a recorrência de trabalhos na base pesquisada, os

alocamos no grupo “Trabalhos que se repetem na BDTD” (1 tese e 4 dissertações). Finalmente havia duas produções que não se incluíram nos grupos anteriormente citados, optamos por nomear outros dois, um trabalho advindo de Programas de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo, e um trabalho advindo de Programas de Pós-Graduação na área de Criação Musical, denominados, respectivamente “PPG Arquitetura e Urbanismo” (1 dissertação) e “PPG Criação Musical” (1 tese).

Ainda que de forma preliminar, essa análise dos trabalhos excluídos do estudo possibilita uma digressão significativa, haja vista que a área da educação parece fomentar o interesse de um número bastante expressivo de pesquisadores da área da saúde. Sobre essa temática, Meira (2012, p. 140) assevera que:

A medicalização constitui-se em um desdobramento inevitável do processo de patologização dos problemas educacionais que tem servido como justificativa para a manutenção da exclusão de grandes contingentes de crianças pobres que, embora permaneçam nas escolas por longos períodos de tempo, nunca chegam a se apropriar de fato dos conteúdos escolares.

Embora não seja foco deste artigo, ressaltamos a necessidade de avaliarmos os problemas educacionais em sua essência, para além das formulações imediatas e aligeiradas, sob o risco de atribuímos aos alunos e às suas famílias, problemas de ordem social e, em instância particularizada, a culpabilização pelo fracasso de uma esfera didático-pedagógica que é de responsabilidade da escola e dos sistemas de ensino.

Ao discutir os critérios de avaliação dos estudos vinculados à pesquisa-ação, André (2001) menciona as propostas de Anderson e Herr (1999), os quais apresentam a “validade catalítica”, que consiste no potencial de dinamização da realidade com o objetivo de transformá-la. Esse aspecto pode se configurar em mobilizador para que os pesquisadores da área da educação, onde nos incluímos, sejamos capazes de agir coletivamente para a superação da atual transferência de problemas educacionais para as áreas médicas.

Do segundo grande grupo de trabalhos foram analisados os resumos e sessões destinadas à metodologia de 14 produções (10 dissertações e 4 teses), conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas Incluídas no Estudo

Nº	Tipo/Autor/ Ano	Teoria	Abordagem	Procedimentos Técnicas Instrumentos	Participantes	Ética
1	Tese (T1) Alcântara	Psicanálise freudo- laciano e	Qualitativa	Estudo de caso aliado à pesquisa- intervenção,	Criança de 5 anos do ensino infantil,	TCLE

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

	(2019)	Análise Textual Discursiva (ATD)		observação, entrevistas abertas e semiestruturadas, intervenção.	professores, equipe escolar e família	
2	Dissertação (D1) Cunha (2019)	Histórico-Cultural	Qualitativa	Análise documental, observação do tipo semi participativo e entrevistas semiestruturadas, questionários e interações/experimentações das crianças com o desenho.	Professores e alunos da educação infantil, com 5 e 6 anos	TCLE
3	Dissertação (D2) Idzi (2016)	Foucault	Poética	Conversatorias e intervenção a partir de desenhos	Crianças de 5 e 6 anos de idade de uma escola de educação infantil	Termos de autorização
4	Tese (T2) Leite (2017)	Ética Filosofia	Qualitativa	Observações entrevistas semiestruturadas, revisão bibliográfica e observação participante; diário de campo, registro fotográfico.	Professoras, gestoras e pais de alunos de uma escola de educação infantil	TCLE
5	Dissertação (D3) Stafford (2017)	Epistemologia dos projetos pedagógicos	Qualitativa	Narrativas e questionário	Famílias de alunos da educação infantil.	TCLE TALE
6	Tese (T3) Castro (2016)	Filosofia da Linguagem de Bakhtin e o Círculo, Vigotski e Sociologia da Infância	Qualitativa	Entrevistas, questionários, observação	Meninos e meninas com idade entre 2 e 3 anos.	TCLE
7	Dissertação (D4) Barbosa (2017)	Fenomenologia	Qualitativa	Observação participante e entrevistas narrativas	Duas professoras e alunos de uma turma de Infantil V	Termo de compromisso
8	Dissertação (D5) Salvi (2018)	Freire com análise a partir do materialismo histórico-dialético	Qualitativa	Observação participante	Um centro de educação infantil.	CEP
9.	Dissertação (D6) Campos (2016)	Psicanálise	Qualitativa	Estudo de caso, observação participante IRDI-Indicadores Clínicos	6 crianças e suas mães	TCLE

				de Risco para o Desenvolvimento Infantil, com protocolo de observação (atendimentos ou interações mãe-bebê e professor-bebê)		
10	Dissertação (D7) Gomes (2020)	pedagogia Waldorf Fenomenologia	Etnografia	observação in loco, diário de campo e desenhos feitos pelas crianças	21 alunos da educação infantil. (“Jardim de infância”)	TCLE
11	Dissertação (D8) Colussi (2016)	Histórico-Cultural	Qualitativa	Observação e filmagem.	Professora e 12 crianças de 5 e 6 anos de idade	TCLE
12	Dissertação (D9) Machado 2019	Estudos Sociais da Infância	Investigação conceitual	Observação do cotidiano escolar, registros escritos em diário de campo, registros fotográficos e rodas de conversa	19 crianças Do “Jardim de infância”	TCLE TALE
13	Tese (T4) Silva (2016)	Educação ambiental	Ecoformação pesquisa	Processo formativo interativo baseado na Linguagem Poética e na Ecologia Humana, no Pensamento Complexo e nos princípios da Carta da Terra	professoras e crianças de 4 a 12 anos	TCLE
14	Dissertação (D10) Martins, G. (2016)	Diálogo filosófico Dewey Matthew Lipman	Estudo filosófico bibliográfico de análise de conceitos e estudo empírico a partir da metodologia da análise de Experiência Fatural	Estudo bibliográfico e empírico	Três escolas públicas (professores e seus alunos)	Termos de autorização

Fonte: produção das autoras com base em pesquisa realizada na BDTD (BRASIL, 2021).

Legenda: D1 – Dissertação 1 [...] D10 – Dissertação 10 T1 – Tese 1 [...] T4 – Tese 4

Devido à pluralidade de classificações que envolvem as pesquisas em Ciências Humanas, não foi possível determinar especificidades, pois, em geral, os autores utilizam as

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

terminologias “tipo, abordagem, procedimento, técnica e instrumentos” com significados semelhantes, resultando na impossibilidade de estabelecimento de uma estratégia de agrupamento dos trabalhos obedecendo a esse quesito. Em relação à classificação, detectamos teses de abordagem qualitativa (3) e ecoformação pesquisa (1). As abordagens adotadas para as dissertações foram: qualitativa (6), poética (1), etnografia (1), investigação conceitual (1) e estudo filosófico bibliográfico de análise de conceitos e estudo empírico a partir da metodologia da análise de experiência fatural (1).

As teorias que fundamentaram os estudos tenderam para as “abordagens críticas”, conforme apontado por Gatti (2000 *apud* André, 2001, p. 53), dentre as quais estão: Psicanálise freudo-lacaniano; Teoria Histórico-Cultural; teoria fundamentada em Foucault; Ética; Filosofia da Linguagem de Bakhtin e o Círculo, Vigotski e Sociologia da Infância; Freire; Pedagogia Waldorf e Fenomenologia.

A análise dos textos das produções mostrou que as questões éticas surgem na exposição da teoria ou na reprodução de excertos da legislação relativa ao sistema educacional vigente. Contudo, no que diz respeito às questões éticas na pesquisa envolvendo seres humanos, apenas 3 trabalhos destinaram algum espaço para esclarecer às crianças da educação infantil acerca da presença e ações dos pesquisadores na escola. Os demais pesquisadores mencionaram apenas a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes adultos.

Na intenção de desenvolver processos de convivência e confiança, Machado (2019) levou cerca de um mês estabelecendo vínculos, criando laços, ouvindo os estudantes e explicando aspectos da sua pesquisa para os alunos até a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelas crianças. O documento, apensado à dissertação, foi todo composto por imagens que mostravam os passos da pesquisa e o compromisso com a garantia dos direitos dos participantes. Da mesma forma, Stafford (2017), discutiu, ainda que brevemente, sobre as questões éticas em pesquisas envolvendo crianças e aplicou o TALE nos moldes esperados. Vale ressaltar que a Resolução nº 510/2016, permite, inclusive que o TALE receba outros formatos como áudio e vídeo.

Idzi (2016) reitera a importância da atribuição de significados ao mundo pelas crianças em situação de pesquisa e, a despeito de investigar no próprio local de trabalho, demonstra profunda preocupação com as questões éticas, problematizando singularidades e particularidades no curso da relação de papéis entre a professora-pesquisadora e os seus

alunos e salienta as necessárias “negociações de sentidos” e o respeito diante do ato de se fazer pesquisa com as crianças.

Cumpre-nos destacar que as questões de ordem metodológicas e, sobretudo, éticas adotadas por pesquisadores influenciam na subjetividade dos participantes. No contexto escolar, espera-se que os adultos possuam um acúmulo de experiências que os permitam atribuir significados para a ação da pesquisa, pois a aquisição da linguagem e as formas de pensamento estão desenvolvidos. O mesmo não acontece com as crianças, que ainda estão se apropriando da cultura e formando as suas funções psicológicas superiores.

Este aspecto pode ser exemplificado pela situação descrita por Colussi (2016, p. 96-97):

Durante os encontros, os alunos, cujos pais não autorizaram a participação, permaneceram com a professora ou outro profissional da escola, enquanto os demais ficaram com a pesquisadora. No primeiro dia de encontro, diversas crianças tinham esquecido de trazer o Termo de Consentimento assinado e por isso não puderam participar das brincadeiras na biblioteca, o que gerou um descontentamento entre elas. Isso fez com que providenciassem o documento o mais rápido possível, garantindo a presença no encontro seguinte.

Essa passagem demonstra a angústia de participantes que tiveram garantida a sua inclusão no grupo, ainda que tardia. Em que pese os interesses do pesquisador ou os propósitos da pesquisa, há que se pensar nos efeitos ocasionados naqueles estudantes que sequer tiveram a oportunidade de ouvir ou compreender o teor das proposições que se estava empreendendo no seu próprio espaço e rotina.

Em relação às contradições, percebemos que ao mesmo tempo em que as pesquisas ressaltam a importância da formação ética, pouco demonstram potenciais de ética em pesquisa envolvendo crianças. Exemplo disso é a dissertação de Gleisse Martins (2016), onde a autora defende constantemente a ética, a dialogicidade e a escuta ativa dos alunos, mas não expõe, no trabalho, como garantiu a ética efetiva em relação às crianças, mencionando apenas os termos aplicados aos gestores e professores.

Vigotski (2018) chama a atenção para o cuidado que se deve tomar ao estudar a relação das crianças com o meio que a circunda, ressaltando a necessidade de se perscrutar como são estabelecidas as relações entre elas e os adultos, e como ocorre a atribuição de sentidos pelas crianças ao que acontece à sua volta, pois em cada fase do desenvolvimento temos novas formações psíquicas a depender da maneira como essas relações se processam.

Ética em pesquisa envolvendo crianças da educação infantil: contradições e proposições

Por fim, destacamos a pouca experiência dos estudantes da educação infantil com adultos estranhos ao seu convívio, considerando ser a escola uma das primeiras instituições frequentadas, além da própria família e da faixa etária dessas crianças, pelo fato de ainda não terem a sua consciência plenamente desenvolvida para diferenciar situações de segurança ou de perigo.

Conclusão

Na intenção de apontar as possibilidades e os limites das pesquisas na educação infantil em relação à ética, a realização do estudo do tipo “estado do conhecimento” propiciou a identificação da urgência de estruturação de uma rede que faça frente à consolidação de um sistema regulamentador da ética no contexto das CHS.

Considerando as limitações impostas pela linguagem, dadas as especificidades das crianças pequenas, o ingresso e a permanência de pesquisadores nas escolas dependerão da imersão no universo infantil e do preparo para estabelecer diálogos compreensíveis para esses participantes, o que demanda aprofundamento metodológico e epistemológico acerca da infância.

O conjunto das pesquisas analisadas apresentou contradições recorrentes, pois, embora tragam concepções de criança como sujeito de direitos, ao pesquisarem com os alunos da educação infantil, não apresentam manifestações consistentes de que eles foram consultados ou informados sobre os estudos aos quais estavam sendo submetidos. Destarte, a fragilidade metodológica nas pesquisas precisa ser superada. A interlocução entre os grupos de estudos e pesquisas pode ser uma possibilidade de fortalecimento tanto da rede de avaliação da ética em pesquisas na área das CHS, como na intenção de promover a integração e o acesso a conhecimentos específicos que atendam às necessidades dos estudantes dessa etapa de ensino.

Uma perspectiva para a continuidade desse estudo é o levantamento de pesquisas já realizadas por grupos de pesquisa e/ou autores consagrados, com vistas ao acesso a informações e práticas, cuja interface resultaria na fecundidade das investigações, considerando a reconhecida influência que os pesquisadores exercem nos ambientes e na subjetividade dos participantes, haja vista que a contradição entre a ética declarada e a moral vivida precisa ser superada no âmbito científico.

Referências

ALCÂNTARA, J. N. **Processos de constituição da criança com deficiência intelectual na educação infantil**. 2019. 160f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa de São Paulo**, n. 81, p. 53-60, maio 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/990>. Acesso em: 27 abr. 2021.

AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 07-19, jul. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

AMORIM, A. C. R.; FERRAÇO, C. E.; CARVALHO, I. C. M.; MAINARDES, J.; NUNES, J. B. C. Ética e pesquisa em Educação: documento introdutório. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, v. 1, p. 7-17, 2019. Disponível em:

https://anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf.

Acesso em 26 abr. 2021.

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2021.

BARBOSA, M. S. A. **O cuidado na educação infantil: perspectivas e significados**. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as [...] diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos [...]. **Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. [...] dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana [...]. **Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD**. 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?filter%5B%5D=publishDate%3A%22%5B2016+TO+20>

[21%5D%22&join=AND&boolo%5B%5D=AND&lookforo%5B%5D=%C3%89tica+em+pesquisa&lookforo%5B%5D=Educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&lookforo%5B%5D=Crian%C3%A7a&typeo%5B%5D=AllFields&typeo%5B%5D=AllFields&typeo%5B%5D=AllFields](#). Acesso em: 03 out. 2021.

CAMPOS, D. L. **Educação Precoce e a constituição do sujeito: o avesso do especialista**. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.

CASTRO, J. S. **A docência na educação infantil como ato pedagógico**. 2016. 345f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

COLUSSI, L. G. **Contribuições dos jogos de papéis para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores**. 2016. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.

CRUZ, S. H. V. Questões éticas na pesquisa com crianças, adolescentes ou pessoas em situação de diminuição de capacidade de decisão. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPED, v. 1, p. 7-17, 2019. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf. Acesso em 26 abr. 2021.

CUNHA, N. M. D. **A mediação pedagógica na interação de crianças com o desenho na educação infantil**. 2019. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt>. Acesso em 27 set. 2021.

GOMES, H. A. **A educação ambiental sob a visão de mundo da pedagogia Waldorf no jardim de infância**. 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

IDZI, T. S. **Imagem e criação de si a partir da arte: possibilidades estético-estéticas em educação infantil**. 2016. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KRAMER, S.; PENA, A.; TOLEDO, M. L. P. B.; BARBOSA, S. N. F. (org.). **Ética: pesquisa e práticas com crianças na educação infantil**. Campinas, SP: Papirus, 2020.

LEITE, S. R. M. **Educação e ética: desafios na atuação do professor da infância**. 2017. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2017.

MACHADO, S. **Culturas lúdicas infantis na pré-escola**. 2019. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MARTINS, G. C. S. **O diálogo filosófico como experiência de pensamento: um espaço de “oportunidades perdidas”?** 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M. Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e Desenvolvimento Humano. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea). p. 13-34.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, 135-142, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Fbgwty4bzXgVTcdqwjFQNHK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SALVI, L. R. B. **O sujeito autônomo em Freire**: contribuições à educação infantil. 2018. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Tradução Maria Encarnación Moya. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019. (Coleção educação contemporânea).

SCRAMINGNON, G. A pesquisa também é das crianças: o retorno ao campo como resposta responsável. In: KRAMER, S; PENA, A.; TOLEDO, M. L. P. B.; BARBOSA, S. N. F. **Ética**: pesquisa e práticas com crianças na educação infantil. Campinas, SP: Papyrus, 2020.

SILVA, R. G. **AnElos ecopedagógicos entre a complexidade e a Carta da Terra**: invenções criativas no cotidiano escolar. 2016. 348f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.

STAFFORD, J. R. **Narrativas de experiência na educação infantil em uma abordagem por projetos**: a pesquisa como uma construção em processo. 2017. 162f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Centro de Educação, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

VEIGA-NETO, A. Anotações sobre a escrita. In: Oliveira, A.; Araújo, E.; Bianchetti, L. (eds.). **Formação do investigador**: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e a orientação. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho; Curitiba: CED/UFSC. p. 62-73, 2014. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32587/1/EA_ebook.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Organização e tradução: Zoia Prestes; Elizabeth Tunes. Tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

Sobre as autoras

Marasella del Carmen Silva Rodrigues Macedo

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf); mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi), especialista em Gestão Estratégica e pedagoga pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integrante do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil, Infância e Educação Especial e Inclusiva (GEPEIN)/CNPq. E-mail: marasella@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0794-6520>.

Juracy Machado Pacífico

Pós-Doutora em Educação (UFTM). Doutora em Educação Escolar (UNESP). Mestra em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Diretora do Núcleo de Ciências Humanas da UNIR, Porto Velho-RO, Brasil. Líder dos Grupos de Pesquisa EDUCA e GEPEIN (CNPq). Coordenadora do Laboratório do Brinquedo e da Ludicidade (LABRINTECA). E-mail: juracypacifico@unir.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0486-874X>.

Recebido em: 05/07/2024

Aceito para publicação em: 03/08/2024